



Na Escola Municipal de Ensino Fundamental América, em Porto Alegre, a ausência de mobilização para discutir a Base Nacional Comum Curricular pode atrapalhar a sua implementação

ENTRE 25 DE SETEMBRO E 15 DE DEZEMBRO, o texto preliminar da Base Nacional Comum Curricular (BNC) fica disponível online no sistema de consulta pública (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br>) para receber contribuições a serem consideradas na redação definitiva que será entregue pelo Ministério da Educação (MEC) ao Conselho Nacional de Educação no primeiro semestre de 2016.

A abertura para ampla avaliação por parte da sociedade, no entanto, não o torna menos polêmico. O processo de elaboração da Base vem sendo cravejado de críticas que variam entre o rechaço total a sua existência – considerando suficientes as Diretrizes Curriculares Nacionais – e a contestação à forma como vem sendo encaminhado – a proposta sob consulta foi produzida por um grupo reduzido ligado ao MEC. Aliado a isso, há quem entenda a BNC como uma imposição do poder central, uma interferência na sala de aula. Há escolas que se ressentem de não terem sido chamadas a participar desde o início.

Por outro lado, o reconhecimento de que a Base é necessária também está fortemente disseminado, mesmo entre aqueles que mantêm ressalvas a ela. Nesse sentido, circulando em diferentes esferas de debate, é possível averiguar uma atitude pragmática comum que defende uma postura afirmativa: “Já que a base está aí, vamos aproveitar

a oportunidade para qualificar o ambiente escolar”.

Para entender a BNC – Trata-se de um documento que, em suma, tem o desafio de esclarecer de maneira sucinta os direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de todos os estudantes, desde a Educação Infantil até o Ensino Médio. Essa empreitada reflete o entendimento de que se devem reduzir as desigualdades decorrentes da diferença nas oportunidades de aprendizagem, que podem ter grande variação de acordo com a área em um estado ou região do país em que a escola se localize.

O conteúdo da BNC representará 60% do currículo a ser cumprido pelas instituições da Educação Básica, sendo o restante reservado à parte diversificada, buscando garantir o atendimento das características regionais, culturais, sociais e econômicas do contexto em que a escola se insere. Assim, ela deverá orientar a composição das propostas curriculares das redes de ensino e a formulação do projeto político-pedagógico de cada instituição escolar.

Ao observar como a BNC vem se constituindo até o presente momento, o propósito deste Caderno é contribuir para o debate a seu respeito. Para isso, são retratadas as perspectivas de alguns envolvidos com o intuito de identificar como a Base é compreendida a partir de diferentes instâncias.

Base comum

TEXTO FELIPE EWALD

FOTOS FLÁVIO DUTRA



Expectativas

No debate

Na manhã de 28 de outubro, a sala II do Salão de Atos da UFRGS ficou lotada para o lançamento da reflexão acerca da Base Nacional Comum Curricular (BNC), promovida pela Coordenadoria das Licenciaturas da UFRGS e pela Faculdade de Educação. Estavam presentes principalmente pesquisadores, professores de escola, gestores e alunos de licenciatura. O comparecimento substancial reflete a dimensão do impacto que a BNC pode ter nas esferas de ensino e mesmo na sociedade como um todo. Esta, aliás, foi uma observação recorrente na fala de todos os que tomaram parte na discussão.

A escola está no centro desse furacão, já que será mais imediatamente afetada, no que tange tanto aos professores como aos alunos. Os pais e responsáveis terão à disposição um documento objetivo a partir do qual poderão acompanhar de perto as atividades e participar do cotidiano escolar. A universidade se vê envolvida seja por receber os alunos provenientes da educação básica,

seja pelas mudanças que a Base pode acarretar nos cursos de licenciatura – e na relação destes com as escolas. Organizações da sociedade civil esperam contar com mão de obra mais capacitada para atuar no mercado de trabalho. O país pode se beneficiar com cidadãos mais habilitados a participar da vida pública.

Com a abertura para as manifestações do público, após as falas dos componentes da mesa de trabalho, gerou-se um clima tenso, com falas contundentes questionando principalmente o processo de elaboração do texto inicial da BNC, realizado por um Comitê de Assessores com o apoio de uma comissão de 116 especialistas. Alguns profissionais da educação cobravam, como principais interessados, sua participação mais direta desde o princípio, em vez de terem sido chamados a se manifestar apenas neste momento, junto com o resto da sociedade, da consulta pública.

Ainda durante a mesa, a palestrante Sandra Corazza, especialista em políticas curriculares, já havia alertado para

o teor de autoridade que a BNC carrega pelo fato de ter sido organizada por um órgão governamental. Segundo a professora, apesar dos méritos que o texto preliminar contém – o caráter contemporâneo e a possibilidade de abertura –, pesa sobre ele essa faceta centralizadora, o que o torna propenso a ser avaliado pelos professores como algo imposto e obrigatório. Isso, por sua vez, pode dificultar a sua incorporação na prática profissional.

Além disso, para a docente, ao reunir uma lista de objetivos e direitos de aprendizagem, a Base corre o risco de tratar os professores apenas como consumidores, e não autores, de propostas curriculares. Ela questiona a razão de não se abordar também o direito à docência, reconhecendo aqueles como criadores.

De qualquer forma, Sandra preconiza que, diante do processo já em andamento, a BNC seja utilizada, de maneira produtiva, como um trampolim para que os professores estabeleçam um novo vínculo com a sua profissão.

Na escola

Munidos dos apontamentos levantados no debate realizado dentro dos muros da Universidade, fomos a campo confrontar a realidade de uma instituição escolar. Chegamos à Escola Municipal de Ensino Fundamental América durante o recreio. Em meio à balbúrdia e correria esperadas, somos levados até a sala da coordenação pedagógica. Lá aguardamos a professora Daniela Araújo. Sua experiência como professora de português em turmas de segundo e terceiro ciclos e como supervisora escolar no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa legitimam sua apreciação da BNC.

Nossa intenção inicial era que ela avaliasse um recorte do conteúdo da BNC (havíamos selecionado a Língua Portuguesa para o sexto ano). No entanto, ela nos desarmou imediatamente, dizendo que ainda não tinha nenhum conhecimento sobre a Base. Com isso, marcou aquele que seria o estado de espírito de toda a conversa, entre a desolação e a esperança.

Após um breve relato sobre a constituição da BNC, questionamos a

respeito da possibilidade de esta ser uma oportunidade para os professores reverem sua profissão, como sugere Sandra Corazza. Daniela rebate que pode servir para discutir o ensino, mas não a profissão de professor, “porque a gente não é nada, não vai fazer diferença alguma o que a gente pensa ou não”. O sentimento de extrema desvalorização, apesar de conhecido, é sempre duro de ser presenciado. Nesse caso, ele vem de uma desconfiança de que a Base seja aprovada e que a carga acabe recaindo apenas sobre os professores, sem nenhuma contraparte estrutural por parte dos gestores públicos. “Ninguém vai ser contra o que está aqui na Base, em termos de ensino. A discussão é outra: por que estão me pedindo isso se não fazem a sua parte, se a educação está do jeito que está?”, explica.

Para que se dê uma efetiva valorização do professor, ela aponta ao menos dois requisitos: a elevação salarial e a qualificação da rede de apoio e atendimento à comunidade escolar. “Posso me dispor a tudo o que está aqui na BNC e aí chego na aula e tem um aluno

A Base vista de dentro

Vitor Powaczruk, assessor do Departamento Pedagógico da Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul, é um dos 116 especialistas da comissão que trabalha na produção da proposta da BNC. Ele se situa na área de Linguagens, componente curricular Educação Física. Conversamos em meio ao rumor da burocracia – os setores da secretaria são separados apenas por divisórias baixas – sob uma bruma de tensão e cuidado. Sinal de que ele se vê em meio ao fogo cruzado, a todo momento esforça-se por antecipar possíveis críticas à Base e demonstrar como o processo vem sendo conduzido com lisura. Para isso, usa uma linguagem didática, plena de ilustração com imagens.

Em primeiro lugar pontua que a BNC é incontornável, uma vez que é parte de uma política e já vem sendo prevista em documentos oficiais desde a Constituição Federal de 1988. Há menções a ela na Lei de Diretrizes e Bases e no Plano Nacional de Educação (PNE). “Ela pode ser contestada qualitativamente, mas não em sua existência”, opina. Para a acusação de que haveria um engessamento do currículo, Vitor usa as imagens contrastantes do quebra-cabeça e do Lego para indicar que, como as peças deste, a Base dá direcionamentos que admitem criação.

Na defesa da abertura e da pluralidade do processo, cita um exemplo: “Num mesmo grupo, temos o Marcos Meira, professor titular da Faculdade de Educação da USP, e, ao lado dele, o Vagno (Ferreira de Sousa), formado em 2012, que trabalha numa escola no meio da selva. Os dois dialogam e o Vagno diz: ‘não, isso não

cabe na escola’”. Isso demonstra como a comissão contempla a diversidade de região e de experiência.

Como gestor, Vitor enfatiza que é preciso acreditar no processo e no compartilhamento de responsabilidades por parte dos professores para que estes se envolvam no desenvolvimento da Base. Nessa direção, informa que já foi constituída uma comissão, em parceria com diferentes entidades representativas, que irá promover fóruns de discussão para disseminar a BNC por todo o estado. Questionado por que ainda não havia sido iniciada a discussão – o estado de Santa Catarina, por exemplo, já realizou a mobilização, como informa Maria Beatriz Luce –, ele afirma que, por precaução, a comissão preferiu aguardar a definição do MEC a respeito de como serão processadas as contribuições.

A criação da Base – Integrante do Comitê de Assesores, Margarete Schlatter, professora do Instituto de Letras da UFRGS, revela como se deu a construção do texto provisório. Ao caracterizar o processo como “interessante”, revela a impressão de uma negociação árdua mas construtiva.

Exemplo disso, relata Margarete, são os conflitos gerados frente à necessidade de enxugar a quantidade de objetivos de aprendizagem, compreendendo que não se trata de enumerar “tudo o que é importante na vida” – nem de tentar impor seu campo de pesquisa como mais importante do que outros ou de listar o que os professores julgam que devem ensinar –, mas apontar o que é relevante como núcleo comum na escola, sob a perspectiva daquilo que é direito dos alunos aprender.

Por outro lado, houve acordo entre todos de que a Base deveria ser composta por práticas, por itens ligados ao fazer, e não por listas de conteúdos. Em algumas áreas, contudo, isso foi controverso, pois soava como sinônimo de metodologia de ensino, o que não cabe na BNC.

Nesse sentido, a professora insiste que não se pode dizer que o texto apresentado resulte de um consenso. Prefere tratá-lo como os acordos que foram possíveis de se construir. As discrepâncias acentuadas pelos momentos históricos distintos de cada componente fazem-na constatar: “Nosso país ainda é muito jovem; a gente ainda não vive cotidianamente a construção da cidadania pela democracia. Essa vivência ainda não é difundida na escola”. Tudo isso se reflete na Base, que se constitui como lugar de intensas disputas.

O Comitê de Assesores iniciou suas atividades no primeiro semestre de 2015 com a tarefa de redigir o texto introdutório das áreas e conceber a estrutura inicial da BNC, a ser desenvolvida junto com a Comissão de Especialistas. De forma geral, todos têm um envolvimento muito forte com a escola, seja como atividade direta, de orientação de estágio ou de pesquisa. Margarete pondera que o resultado ainda está muito extenso, mas que reflete o que foi possível fazer num prazo curto. O grupo segue na análise da proposta enquanto a consulta está aberta. Segundo ela, agora a equipe já adquiriu maturidade para fazer a depuração do texto e encontrar eixos comuns entre os componentes – o que se refletirá na continuação do trabalho a partir das apreciações da consulta pública.



A professora Daniela Araújo, da EMEF América, defende a existência da BNC, mas acredita que ela deva ser acompanhada de políticas estruturais que garantam o atendimento básico aos alunos, tornando possível uma valorização do trabalho docente

que dormiu no tanque com água gelada, em pleno inverno, para aprender a não incomodar; o outro, a mãe botou as mãos para queimar no fogão porque ele queimou a comida... Quer dizer, como é que vou fazer com que esse aluno esteja interessado na minha aula? Não há como cumprir metas se não nos dão todos os recursos. Eu sou a favor de que existam metas e que elas sejam exigidas, mas que em troca haja assistência, saúde, atenção à comunidade. Aí o trabalho do professor será valorizado. É preciso valorizar também o entorno da escola e torná-la novamente um ambiente de aprendizagem, o que ela não é mais”, assevera.

Deste ponto de vista, torna-se natural que os professores se revoltam e não se engajem no que é proposto pela Base. “Desanimados, desestimulados e sem cobrança, a tendência é que continuem fazendo como sempre fizeram”, completa.

O desalento e a falta de estrutura se revelam também no número insuficiente de professores: no dia em que a encontramos, Daniela estava substi-

tuindo um professor de Matemática, área na qual não tem formação. Ela ressalta: “Uma das dificuldades do professor é que ele não tem tempo para fazer formação, está sempre em sala de aula”. E seria justamente a preparação que poderia favorecer o acolhimento da BNC – “se não preparar o professor, não adianta nada!”. A professora cita o exemplo do Pacto pela Alfabetização, que contou com um esforço grande de preparação dos profissionais para atuarem nas escolas. Tal fato, segundo ela, gera uma uniformidade na atuação, o que possibilita que os professores se organizem melhor. Aliado a isso, ainda a exemplo do Pacto, deve vir também um sistema de supervisão e cobrança que acompanhe as atividades e proporcione um feedback a respeito do trabalho – “Isso depende de uma supervisão escolar exigir que o professor aplique o que foi estabelecido, o que acaba, nesse sentido, mexendo no papel do professor”. Por fim, Daniela ainda reforça: “O que garantirá a implantação efetiva da Base é o material chegar nas escolas e ser discutido lá”.

Do planejamento à crítica – Esse posicionamento é corroborado por Maria Beatriz Luce, professora de política e administração da educação na Faced/UFRGS. Ela participou da discussão do dia 28 de outubro no Salão de Atos, fazendo um relato do processo inicial de organização e planejamento como ex-secretária de Educação Básica do MEC. Dias antes, em entrevista ao JU, apresentou ressalvas ao modo como acabou sendo encaminhada a elaboração do texto preliminar sem a participação mais direta e ampla das escolas na discussão. Ela defende que o conceito de “gestão democrática” deveria presidir a formulação da política, a qual adquiriria um sentido pedagógico. “Não adianta ser um simples processo de formulação; a concepção de base comum é um processo de formação de professores, eminentemente, e também de formação da sociedade”, complementa.

Ainda assim, a ex-secretária não tinha dúvidas de que a discussão deveria ser conduzida pelo MEC, como uma política federativa, contando também

com a participação da sociedade civil. Isso levava em consideração a constatação de que só as Diretrizes não estavam sendo suficientes, já que há um quadro de alta rotatividade no magistério, com professores mais qualificados abandonando a carreira, carência na formação inicial de professores – os cursos em geral abordam pouco a questão curricular – e dificuldade dos estados de gerir as políticas curriculares. Sendo assim, era necessário levar adiante, definitivamente, o estabelecimento da BNC. “Com o Plano Nacional da Educação aprovado, o MEC não podia deixar de assumir seu papel de coordenador da política nacional de educação básica”, acrescenta.

Encruzilhadas da formação – Licenciada em Letras pela UFRGS no ano 2000, Daniela afirma ter encontrado desconfortos entre a formação e a realidade que teve de enfrentar quando chegou à escola. A maior dificuldade com a qual se deparou foi o fato de que durante as aulas na faculdade faltava a consideração pedagógica da figura

dos alunos como sujeitos reais e ativos do processo de ensino-aprendizagem.

Outro aspecto problemático em relação à formação é que cada curso segue orientações teórico-metodológicas muito díspares, o que dificulta bastante o alinhamento da perspectiva de atuação quando os professores chegam à escola. Nesse sentido, Daniela reafirma a relevância da existência da Base Comum e defende que ela seja discutida dentro dos cursos de formação de professores, justamente para que haja maior coincidência entre as perspectivas de trabalho em sala de aula, reverberando o pensamento de Maria Beatriz Luce.

De fato, na perspectiva de Daniela, a relação da universidade com a escola é problemática. “A universidade é estritamente um centro de pesquisa, não tá preocupada com o ensino real”, aponta, considerando que são dois mundos à parte. “Se houvesse uma parceria, seria proveitosa, tanto para renovar as ideias na escola como para que a universidade tenha mais noção da realidade”, completa.



Uma escola ligada à universidade

Para a professora **Danusa Mansur Lopez**, coordenadora do Núcleo de Apoio ao Ensino do Colégio de Aplicação (CAp) da UFRGS, o currículo deve ser discutido continuamente, já que a “educação faz parte da cultura, e cultura é algo vivo”. Seguindo essa perspectiva, o atual período de discussão da Base Nacional Comum Curricular (BNC) deve ser entendido como uma etapa provisória, sendo necessário revisá-la permanentemente.

Ainda assim, o tempo para as contribuições (até 15 de dezembro) é considerado, pela equipe do CAp, muito reduzido diante da relevância do que está sendo discutido. Tal situação pode acabar impedindo o envolvimento de grande parte das escolas brasileiras, uma vez que a consulta acontece junto ao encerramento do ano letivo. “Corre-se o risco de que na prática o documento se torne uma simples listagem de conteúdos caso não seja aprofundada a discussão nos diferentes âmbitos educacionais: municipal, estadual, universitário”, assevera Danusa.

De fato, essa preocupação com a brevidade do prazo parece já ter chegado ao Ministério da Educação. Ao menos foi o que sinalizou o Secretário de Educação Básica, Manuel Palácios, em entrevista publicada no site da revista Carta Educação no dia 6 de novembro, na qual acena com a possibilidade de reabertura da consulta e a realização de seminários estaduais em janeiro de 2016.

O CAp, mesmo que se caracterize como instituição de ensino, se diferencia do modelo tradicional de escola pública pelo fato de, como unidade acadêmica da Universidade, contar com segmentos de ensino, pesquisa e extensão e de formação inicial e continuada de professores. Por essa razão, ocupa um lugar privilegiado para se realizar a discussão sobre a BNC. Na sequência, apresentamos trechos da entrevista concedida pela professora Danusa.

Como o CAp se posiciona frente à Base?

O CAp toma conhecimento da BNC da mesma forma que outras instâncias universitárias. Consideramos que é de extrema importância uma participação qualificada, atentando para o impacto desse projeto na educação brasileira.

Há algum consenso sobre a BNC entre os professores do CAp?

Estamos ainda em fase de estudos. Apesar de a Equipe de professores do Ensino Médio já ter iniciado os estudos da Base Nacional Comum, as demais equipes de professores (anos iniciais e finais do Ensino Fundamental, Educação de Jovens e Adultos) e as áreas do ensino ainda estão se organizando. Há, porém, uma percepção geral de que será necessário dispormos de tempo para nos apropriarmos do documento e para possibilitar discussões entre os professores do Colégio e com outras unidades acadêmicas da Universidade. Neste mês de novembro e início de dezembro, prevemos uma intensa demanda de trabalho devido à extensão e importância desse projeto, no entanto, tal estudo foi apresentado pelo MEC no final do ano letivo, colidindo com as demandas de encerramento das atividades escolares.

A Base é necessária? Por quê?

Acreditamos que objetivos comuns favorecerão a formação dos estudantes brasileiros, desde que sejam respeitadas as particularidades de cada escola e a diversidade cultural brasileira, principalmente no que tange às inovações pedagógicas, que exigem tempos e espaços diferenciados.

Com o que é possível contribuir na discussão da BNC? O que precisa melhorar? Há virtudes?

Como unidade da Universidade, teremos muito a contribuir, tendo em vista as pesquisas desenvolvidas, nossa prática sistemática e as inovações implementadas em nosso ensino. No entanto, à primeira vista, a BNC tem recebido muitas críticas ao excesso de conteúdos e habilidades listados, tendo deixado de lado as discussões sobre os pressupostos pedagógicos

e filosóficos ali colocados. Nesse sentido, há muito que debater, uma vez que não foram feitas questões iniciais de cunho estrutural. Além disso, qual o sentido da organização dos componentes da forma como foi apresentado a Base? A concentração de diversas disciplinas em uma grande área, como as Linguagens, e somente um componente curricular configurar uma área, como a Matemática, esses são pontos a serem questionados na contribuição no portal da Base. Outro aspecto é que possamos explicitar no portal a defesa da permanência de algum item, e não apenas a justificativa da retirada, podendo dar um enfoque propositivo, mais que apenas depreciativo. Por fim, surge, ainda, o receio de que, sendo a Base parâmetro para os exames de avaliação nacionais, se repitam, a exemplo do que aconteceu em outros países, enfoques conteudistas ou em habilidades de conhecimento em detrimento da formação integral voltada à cidadania e às questões sociais, como a prevenção de gravidez na adolescência, as doenças sexualmente transmissíveis e o uso de drogas, dentre outras que seriam temas transversais.

A BNC afetará o trabalho pedagógico? Provocará adaptações?

Não há como avaliar o impacto dessa Base em nosso currículo, uma vez que é uma proposta em construção. Acreditamos, porém, que serão necessárias adaptações, certamente.

A BNC passa uma impressão de fragmentação ou essa é a organização esperada do currículo?

Há também o receio de que as disciplinas se “diluam” de tal forma que apenas um professor, quase um generalista, dê aula de uma diversidade de disciplinas, como na área de linguagens, por exemplo. Não acreditamos nessa perspectiva. O conhecimento humano tem se especializado cada vez mais, como podemos ver aqui mesmo na Universidade. O que acreditamos é que as fronteiras das disciplinas serão cada vez mais permeáveis, de forma que o aluno perceba a integração das temáticas e os conteúdos trabalhados. Há muitas formas de se organizar o currículo escolar, dependendo da base filosófica que o rege.

Desde quando há conhecimento sobre a Base no colégio?

Soube que houve o “lançamento” do documento preliminar da BNC num seminário de avaliação do programa de formação de professores Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, em Fortaleza, de 16 a 18 de setembro, do qual realizei a coordenação institucional pela UFRGS. Após o evento, estive em Belo Horizonte, nos dias 24 e 25 de setembro, participando do *Seminário sobre a Base Nacional Comum Curricular*. Aqui na Universidade, participamos junto à Faced e à Coorlicen, no dia 28 de outubro, da reflexão e discussão sobre a Base.

Pode-se dizer que o CAp ocupa uma posição privilegiada para fazer a discussão?

O colégio tem uma posição privilegiada por ter em sua estrutura espaço para pesquisa e extensão; nesse sentido, consideramos que nosso corpo docente pode contribuir qualitativamente para as discussões.

Há uma vantagem no fato de o CAp estar bem mais próximo da Universidade?

O fato de sermos uma unidade acadêmica e de termos muitos projetos que nos aproximam das demais unidades, como a participação do corpo docente em pesquisas, a docência em programas de pós-graduação e a participação em instâncias administrativas, nos coloca em uma proximidade vantajosa com as pesquisas feitas em educação, certamente. Nossa prática está estritamente ligada a essas pesquisas, além de sermos campo de estágio de todas as licenciaturas.

Seria benéfica uma maior proximidade da universidade com as escolas em geral? Será que a BNC tem força para estimular isso?

Certamente seria muito benéfico. Consideramos que a implementação de inovações em si constitui uma parcela de utopia importantíssima para o avanço do pensamento humano que impulsiona as mudanças possíveis na realidade. Ainda não sabemos se a BNC terá força para estimular isso.